

Desafio é INNOVAR

Fernando Pimentel assume o MDIC ciente dos desafios para tornar o Brasil ainda mais competitivo. Fomentar a indústria para impulsionar as exportações de manufaturados é uma das prioridades do novo ministro.

Economista de formação e ex-prefeito de Belo Horizonte (o primeiro, na história da capital mineira, a ser eleito no primeiro turno), Fernando Pimentel assumiu, em janeiro, o comando do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) com um compromisso: "fomentar a inovação e a competitividade para fortalecer o comércio exterior brasileiro". Nesta entrevista, ele fala sobre esse e outros desafios da pasta, assim como dos projetos que pretende pôr em prática para fortalecer as exportações do País.

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior quer ampliar as condições de acesso a mercados internacionais para as micro e pequenas empresas

Como o senhor avalia os primeiros dias à frente da pasta? Quais demandas o senhor destacaria nessa fase inicial?

São muitos os desafios. Meu objetivo é transformar o MDIC no ministério do Brasil produtivo. Para que isto ocorra, adotaremos medidas que ampliem o investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Temos de ser mais competitivos. Vamos manter o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como

um importante instrumento de financiamento de longo prazo para o setor industrial. Mas temos também de melhorar as condições para que os bancos privados aumentem sua participação nos empréstimos dessa natureza. Estamos em contato direto com representantes de diversos setores. Recentemente, estive na Confederação Nacional da Indústria (CNI) para discutir a nova política industrial brasileira. Neste momento inicial, é necessário aperfeiçoar os instrumentos de defesa comercial e ampliar a adoção de medidas de simplificação do comércio exterior. Vamos trabalhar por uma reforma que desonere o investimento produtivo e amplie a restituição de créditos tributários aos exportadores. Além disso, precisamos continuar apoiando a internacionalização de empresas brasileiras.

Na sua posse, o senhor afirmou que baixar as taxas de juros e a carga tributária são os principais desafios para melhorar as exportações. De que forma a sua pasta vai agir nesse sentido junto à equipe econômica?

A taxa de juros e a carga tributária são grandes desafios para a equipe econômica dirigida pelo ministro Guido Mantega, com quem trabalhamos afinados. Aqui no MDIC, os principais desafios a serem enfrentados são elevar a capacidade de inovação das empresas, ampliar as condições de acesso a mercados para micro e pequenas empresas, induzir a

elevação da participação do gasto privado em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e atrair investimentos para o Brasil. É nossa missão principal trabalhar pelo fortalecimento e defesa da indústria nacional.

Como o ministério pretende desonerar os investimentos para aprimorar a indústria nacional e, conseqüentemente, fomentar o mercado externo? Haverá investimentos específicos para estimular a inovação no setor?

A questão da desoneração tributária está sendo trabalhada pela equipe econômica no âmbito do Grupo de Avanço de Competitividade, do qual faço parte. O principal desafio do País para os próximos anos é melhorar as contas externas brasileiras, garantindo que as exportações cresçam em ritmo superior ao das importações.

Aqui no MDIC, continuaremos a investir e a trabalhar em ações voltadas para P&D e inovação. Estamos atualizando a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e a inovação será um tema transversal, presente em todas as ações do ministério. Nossos programas contemplarão os setores produtivos com potencial exportador ou gerador de efeitos em cadeia sobre o conjunto da estrutura industrial.

Segundo entidades da indústria, as importações no ano passado cresceram muito também em razão da aquisição de equipamentos e máquinas. Ou seja, comprou-se muito, lá fora, para colocar em prática, dentro do País, investimentos que foram adiados pelos efeitos da crise de 2008. Assim, podemos esperar um ritmo de importações menor em 2011 e um saldo maior da balança comercial?

A cada ano estamos atraindo mais investimentos, o que deve manter o ritmo da aquisição de bens de capital. O

A taxa de câmbio continua a ser a questão primordial, segundo analistas, para retomar o crescimento das exportações. O senhor concorda com essa afirmação?

A questão primordial é a competitividade de nossos produtos. Isso inclui inovação, tecnologia, produtividade, logística e também o câmbio, enfim, uma série de fatores que precisam ser trabalhados pelo governo em conjunto com o setor privado.

que temos que fazer é continuar a atrair mais indústrias para o Brasil e, principalmente, trabalhar para que as empresas no País invistam na criação de mais centros tecnológicos, para que desenvolvam aqui produtos inovadores.

O bom momento econômico, o aumento da renda e do consumo e o dólar baixo favorecem naturalmente o aumento nas importações, especialmente com os mercados europeu e norte-americano ainda em retração. O crescimento das importações e um menor superávit da balança comercial são inevitáveis com este panorama?

O resultado da balança comercial de janeiro responde a esta pergunta. O saldo comercial do mês registrou superávit de US\$ 424 milhões, valor bem superior ao registrado em janeiro de 2010, quando tivemos um saldo negativo de US\$ 179 milhões. Inclusive, a exportação brasileira alcançou o valor de US\$ 15,2 bilhões, recorde histórico para meses de janeiro.

Recentemente, a alíquota de importação sobre alguns brinquedos foi aumentada para 35%. Além disso, especula-se que o governo estuda aumentar, em cerca de 35%, os impostos de importação sobre produtos como bebidas, fumo, móveis e perfumes. Até que ponto o governo brasileiro pode mexer no imposto de importação para proteger os fabricantes nacionais sem ser taxado de protecionista?

A elevação da alíquota de importação de alguns brinquedos de 20% para 35%, em dezembro do ano passado, ocorreu no Brasil e também nos outros países do Mercosul. Nós temos a prerrogativa de elevar o imposto de importação de determinados produtos quando houver dano grave a determinados setores. Mas temos que jogar de acordo com as regras internacionais. Podemos e teremos uma política mais proativa em relação ao comércio exterior. É preciso equalizar as condições de competição entre os empresários que produzem no País e os fornecedores de produtos importados pelo Brasil.

A balança comercial positiva é garantida principalmente pelas commodities minerais e agrícolas. Porém, existe a necessidade de estimular a exportação de produtos com maior valor agregado, produtos industrializados e com mais complexidade tecnológica. Como o MDIC pretende se posicionar diante desse cenário?

O Brasil é um país privilegiado. Temos um solo fértil, um clima maravilhoso, uma das maiores redes hidrográficas do mundo. Temos também um subsolo rico. Produzir matérias-primas e produtos agrícolas é uma das nossas vocações. Mas não há país que tenha virado potência exportando só *commodities*. Sem agregar valor à sua cadeia produtiva um país não se torna potência. Nós temos que mudar de patamar e não

ser apenas fornecedores de matéria-prima. Nossa meta é elevar a competitividade industrial das principais cadeias produtivas do País, com ações voltadas para geração de emprego e renda, desenvolvimento e desconcentração regional da produção, aumento das exportações, substituição competitiva das importações e capacitação tecnológica das empresas.

Quais importações o senhor considera desleais em termos comerciais para a indústria e para os produtos nacionais? E de que forma o senhor pretende reduzir e combater essas importações?

As principais práticas desleais observadas no comércio internacional são o *dumping* e o subsídio. Portanto, todas as importações que chegam ao Brasil com o preço influenciado por estas práticas são desleais. Pretendemos adotar uma política mais proativa para combater essas práticas. Estamos trabalhando para criar melhores instrumentos de valoração aduaneira, de verificação de regras de origem e para aumentar o quadro de investigadores no Departamento de Defesa Comercial da Secretaria de Comércio Exterior (Decom/Secex). Além disso, os empresários terão novo canal de denúncias para levar ao governo queixas contra a concorrência estrangeira. Vamos adotar também medidas adicionais sobre controle de regras de origem para reprimir a chamada *circumvention*, quando produtos sujeitos a barreiras comerciais são exportados como se fossem originados de outro país, não submetido a impedimentos de importação. E para concretizar esses objetivos, é fundamental aumentarmos a coordenação entre Secex e Secretaria da Receita Federal.

A China, além de ser a economia que mais cresce no mundo e a maior parceira comercial do Brasil, é o segundo maior fornecedor de bens de consumo

“

Somos favoráveis a um maior intercâmbio com a China, mas o comércio com o país está desequilibrado.”

e de capital para cá. O senhor é a favor de um maior intercâmbio com o país asiático? De que forma isso poderia ser feito e que estudos há nesse sentido?

Claro que somos favoráveis a um maior intercâmbio com a China. Afinal, trata-se do nosso maior parceiro comercial atualmente. Não há qualquer motivo para hostilidades, mas o comércio está desequilibrado na composição. Mais de três quartos das exportações do Brasil à China são de apenas três *commodities* - minério de ferro, soja e petróleo bruto. No total, as matérias primas responderam por 84% das exportações brasileiras para a China em 2010, enquanto apenas 5% das vendas foram de bens manufaturados. Já as importações chinesas no Brasil foram compostas por uma lista diversificada de produtos manufaturados de alto padrão: os três principais foram televisões, telas LCD e telefones. Esse tipo de produto responde por 97,5 % dessas importações. Por isso, o governo estuda a possibilidade de elevar os impostos de importação de alguns produtos industriais. A ideia é montar um sistema de acompanhamento dos preços de produtos importados para compará-los aos praticados por similares brasileiros. A equipe que fará esse acompanhamento funcionará dentro do MDIC, mas a palavra

final sobre quais produtos terão impostos elevados será da Câmara de Comércio Exterior (Camex), da qual também fazem parte os ministros da área econômica.

As negociações de um acordo comercial entre Mercosul e a União Europeia foram retomadas no ano passado. Quais os entraves para a celebração de uma parceria comercial entre os dois blocos? Qual a sua expectativa para a assinatura desse acordo ainda em 2011?

Os principais entraves para fecharmos um acordo comercial são a liberação dos produtos agrícolas, por parte da União Europeia, e a liberação tarifária dos produtos industrializados, por parte do Mercosul. Para a União Europeia, os produtos agrícolas são extremamente sensíveis, pois a maioria dos países subsidia fortemente a agricultura. Por outro lado, para o Mercosul, as dificuldades geradas pela valorização do câmbio limitam a capacidade de concessões na área industrial. Estamos trabalhando para superar esses entraves, mas, mesmo que ainda não seja viável concretizar o acordo este ano, estou confiante de que há um interesse cada vez maior, de ambas as partes, de que cheguemos a um bom termo o mais breve possível. ◀